



## Políticas da cognição e discurso na sala de aula de língua portuguesa

**Autoria:** Luiz Felipe Andrade Silva - - -

**Resumo:** O processo de ensino-aprendizagem, como tem sido considerado nas práticas de sala de aula de língua portuguesa, acabam por privilegiar um modelo de cognição computacional-representativa, na medida em que considera a linguagem como um modo de representação do mundo e as práticas de escrita e produção, a partir de uma perspectiva textual. O presente trabalho parte da noção de "políticas da cognição", que considera as distintas concepções de cognição como "modos de estar no mundo, de estabelecer relação consigo e com a própria atividade de conhecer" (KASTRUP, 2008), de modo que se possam analisar os objetivos e práticas docentes como mecanismos de individuação seriados (GUATTARI, 2011) que rechaçam a produção de subjetividade, a cognição criativa (MATURANA, VARELA, 1995) e a atividade languageira como prática discursiva (MAINGUENEAU, 1987). Esta comunicação visa a promover articulações necessárias entre a Cognição Enativa e os postulados da Análise do Discurso de base pragmático-enunciativa, com vista à problematização e ao encontro de saídas necessárias para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Propõe-se, assim, que sejam revistas as bases como a linguagem e a aprendizagem são concebidas nos documentos oficiais da área de educação e na prática cotidiana de professores e alunos com fins a que se possa reconhecer toda e qualquer produção languageira como prática discursiva, histórica e contextualmente situada, e o conhecimento como processo criador. Destarte, faz-se premente reconhecer os subsídios que a análise do discurso, a pragmática e a teoria enunciativa oferecem, não tanto como conteúdos das aulas de língua portuguesa, mas como suportes para a reelaboração das relações intra e intersubjetivas que envolvem aluno e professor e, com isso, repensar as políticas cognitivas que enformam os saberes e os fazeres no espaço escolar.